

CORREIO  
OFFICIAL

09 DE NOVEMBRO  
DE 1911

# CORREIO



# OFFICIAL

ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE

ANNO XVI

PUBLICADO NA "IMPRENSA OFFICIAL"

ASSIGNATURAS:—6\$000 por anno começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro.

N. 35

## GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXM. SENR. DR. JOÃO LOPES MACHADO M. D. PRESIDENTE DO ESTADO.

LEI n.º 363, de 18 de Outubro de 1911.

Orça a despesa e fixa a receita do Estado para o exercicio de 1912.

Dr João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assenbléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

### Capitulo 1.º

#### DESPESA

Art. 1.º A despesa do Estado, para o exercicio de 1912, é fixada na importancia de Rs. 2:288:231\$591 distribuida pelas verbas especificadas nos §§ seguintes:

#### § 1.º ASSEMBLÉA LEGISLATIVA

N. 1 Subsídio aos deputados	36:000\$000	
N. 2 Representação	9:000\$000	
N. 3 Secretaria, elevados a 720\$000 annuaes os vencimentos do porteiro	2:800\$000	
N. 4 Expediente	1:000\$000	48:800\$000

#### § 2.º GOVERNO DO ESTADO

N. 1 Subsídio ao Presidente	18:000\$000	
N. 2 Representação	3:000\$000	
N. 3 Dita ao 1.º Vice-Presidente	8:400\$000	
N. 4 Dita ao 2.º Vice-Presidente	4:800\$000	
N. 5 Luz e asseio de palacio	1:200\$000	
N. 6 Mordomo	1:200\$000	36:600\$000

#### § 3.º SECRETARIA DE ESTADO

N. 1 Empregados, passando a vigorar a tabella annexa á presente lei	25:833\$333	
N. 2 Expediente e asseio	1:500\$000	27:333\$333

#### § 4.º MAGISTRATURA

N. 1 Tribunal de Justiça:		
a) Desembargadores e Procurador Geral	50:400\$000	

b) Secretaria	9:364\$000	
c) Expediente e asseio	500\$000	
d) Revista do Tribunal e aquisição de obras juridicas	1:200\$000	
N. 2 Juizes de Direito	85:400\$000	
N. 3 Juizes Municipaes	45:600\$000	
N. 4 Promotores Publicos	41:400\$000	
N. 5 Ajuda de custa aos magistrados de accordo com a lei vigente	2:000\$000	
N. 6 Escrivão do Jury da capital	1:200\$000	
N. 7 Porteiro dos auditorios	500\$000	
N. 8 Officiaes de Justiça do foro da capital	1:260\$000	238:824\$000

#### § 5.º SEGURANÇA PUBLICA

N. 1 Chefatura de Policia e Secretaria	30:120\$000	
N. 2 Medico da Policia	1:200\$000	
N. 3 Expediente e asseio	1:000\$000	
N. 4 Despesas secretas	3:000\$000	35:320\$000

#### § 6.º FORÇA PUBLICA

N. 1 Officiaes	49:440\$000	
N. 2 Praças	352:462\$250	
N. 3 Ajuda de custo	2:000\$000	
N. 4 Expediente e illumination do quartel	2:000\$000	
N. 5 Fardamento	60:000\$000	
N. 6 Forragem	4:500\$000	
N. 7 Armamento e munição	2:000\$000	
N. 8 Casas e illumination de quarteis	4:000\$000	476:402\$250

#### § 7.º ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA

N. 1 Thesouro do Estado:		
a) Empregados, de accordo com a tabella actualmente em vigor	60:320\$000	
b) Ajuda de custo	2:000\$000	
c) Expediente e asseio	4:000\$000	
d) Feitos da Fazenda, inclusive 600\$000, de gratificação ao respectivo escrivão	3:600\$000	
N. 2 Recebedoria de Rendas:		
a) Empregados	37:000\$000	
b) Expediente e asseio	1:000\$000	
N. 3 Mesas de Rendas, inclusive expediente	125:000\$000	
N. 4 Estações arrecadadoras, inclusive expediente	40:000\$000	
N. 5 Fiscaes da Fazenda	25:000\$000	297:920\$000

## § 8.º INSTRUÇÃO PUBLICA

N. 1 Lyceu Parahybano:	
a) Directoria e Secretaria, na conformidade do orçamento vigente	11:911\$111
b) Lentes e professores	46:560\$000
c) Delegado Fiscal	3:600\$000
d) Expediente e asseio	600\$000
N. 2 Escola Normal:	
a) Directoria e Secretaria	13:366\$666
b) Lentes e Professores	30:600\$000
c) Expediente e asseio	600\$000
N. 3 Cadeiras de latim e arithmetica do interior	3:900\$000
N. 4 Instrução Primaria	
a) Inspectores	7:200\$000
b) Professores	
3.ª entrancia	28:800\$000
2.ª "	66:000\$000
1.ª "	99:000\$000
Adjuntos	18:000\$000
c) Aluguel de casas	17:600\$000
b) Material para aulas e expediente	10:000\$000

357:737\$777

## § 9.º ESTATISTICA E ARCHIVO PUBLICO

N. 1 Empregados	11:854\$444
N. 2 Expediente	300\$000
	12:154\$444

## § 10.º HYGIENE PUBLICA

N. 1 Empregados	26:640\$000
N. 2 Expediente e asseio	400\$000
N. 3 Serviço de desinfecção e material	5:000\$000
	32:040\$000

## § 11.º SECÇÃO DE AGRICULTURA

N. 1 Empregados	15:340\$000
N. 2 Expediente	300\$000
N. 3 Material e operarios	5:000\$000
	20:640\$000

## § 12.º VIAÇÃO E ILLUMINAÇÃO DA CAPITAL

N. 1 Gratificação ao fiscal	6:000\$000
	6:000\$000

## § 13.º IMPRENSA OFFICIAL

N. 1 Empregados	14:800\$000
N. 2 Operarios	40:000\$000
N. 3 Material	15:000\$000
	69:800\$000

## § 14.º BIBLIOTHECA PUBLICA

N. 1 Empregados	2:220\$000
N. 2 Expediente, luz e asseio	780\$000
	3:000\$000

## § 15.º PRESOS E CADEIAS

N. 1 Empregados da cadeia da Capital, de conformidade com a tabella actualmente em vigor	14:307\$500
N. 2 Carcereiros das cadeias do interior	10:740\$000
N. 3 Alimentação de presos	45:000\$000
N. 4 Medicamentos	1:500\$000
N. 5 Expediente e utensilios	2:000\$000
N. 6 Vestuarios	1:000\$000
	74:547\$500

## § 16.º OBRAS PUBLICAS

N. 1. Construção e conservação de obras	10:000\$000
N. 2 Prestação da compra do quartel do Batalhão Policial	5:625\$000
	15:625\$000

## § 17.º ILLUMINAÇÃO PUBLICA

Fornecimento de illuminação	45:000\$000
	45:000\$000

## § 18.º MERCADO TAMBIA

N. 1 Empregados	4:200\$000
N. 2 Servente e asseio	1:500\$000
	5:700\$000

## § 19.º JUNTA COMMERCIAL

N. 1 Empregados	4:760\$000
N. 2 Expediente e asseio	150\$000
	4:910\$000

## § 20.º THEATRO SANTA ROSA

N. 1 Zelador	900\$000
N. 2 Conservação	300\$000
	1:200\$000

## § 21.º JARDIM PUBLICO

N. 1 Zelador	600\$000
N. 2 Conservação	600\$000
	1:200\$000

## § 22.º PESSOAL INACTIVO

N. 1 Magistrados em disponibilidade	14:400\$000
N. 2. Professores	11:526\$720
N. 3 Aposentados	101:104\$544
N. 4 Jubilados	54:396\$979
N. 5 Reformados	30:139\$272
N. 6 Pensionistas	9:909\$700
	221:477\$215

## § 23.º DIVERSAS DESPESAS

N. 1 Assignaturas de revistas e jornaes	3:000\$000
N. 2 Correspondencia official	1:000\$000
N. 3 Exercícios findos	5:000\$000
N. 4 Eventuaes	20:000\$000
N. 5 Passagens	5:000\$000
N. 6 Reposições e restituções	1:000\$000
N. 7 Soccorros Publicos	1:000\$000
N. 8 Telegrammas	5:000\$000
N. 9 Publicações e outros gastos com propaganda de interesse do Estado	10:000\$000
	51:000\$000
	2:083\$231\$519

## § 24.º DEPOSITOS

N. 1 Diversas origens	
N. 2 Renda Municipal	
N. 3 5% da renda ordinaria do Estado para construção de obras preventivas contra os effeitos das secas, e melhoramentos municipaes que mais se relacionarem com os interesses do Estado	90:000\$000

## DESPESAS ADDICIONAES

Juros de apolices	14:755\$000
Resgate de apolices	60:000\$000
Porcentagens aos exactores	40:245\$000
	115:000\$000
	2:288\$231\$519

## Capitulo 2.º

## RECEITA

Art. 2. Para fazer face ás despesas autorizadas no artigo antecedente, serão arrecadados os impostos mencionados nos seguintes §§:

## ORDINARIA

## § 1. EXPORTAÇÃO POR MAR

N. 1	8%	sobre algodão em pluma e em caroço
2	5%	« assucar turbinado ou de usina
3	4%	« assucar bruto, purgado ou demerara
4	10%	sobre animaes de qualquer especie
5	8%	« alcool, mel e aguardente
6	3%	« alcool desnaturado
7	6%	« borracha
8	8%	« café em polpa ou despulpado
9	20%	« pelles em sangue de qualquer animal
10	10%	« pelles salgadas ou espichadas
11	150 rs.	por kilo de courinho
12	10%	« cal
13	10%	« taboas e madeiras de construção
14	25%	« toros e achas de lenha
15	8%	« fumo de qualquer qualidade
16	16%	« metal em obras perfeitas ou inutilizadas
17	8%	« semente de algodão e mamona
18	4%	« sóla e vaqueta
19	3%	« artigos industriaes fabricados no Estado, excepto os produzidos pela fabrica «Tibiry» que nada pagará.
20	6%	sobre os demais generos agricolas de produção do Estado.
21	3%	« oleo e pasta ou farello de algodão
22	50 rs.	de imposto sobre embarque de mercadorias ou qualquer producto, por volume até 75 kilos, calculando-se na mesma razão os volumes de peso maior. Telhas e tijollos de barro pagarão 100 rs. por cento.

## § 2. EXPORTAÇÃO POR TERRA

N.º 1	Algodão em pluma, cobrado o imposto de acordo com a tabella A da lei orçamentaria vigente
2	2\$000 por volume de algodão em caroço até 100 kilos e dahi em diante mais 20 rs. por kilo
3	1\$500 por volume de assucar branco
4	1\$000 » » » somenos
5	\$600 » » » bruto
6	\$400 » » » rapadura
7	1\$000 » » » ancoretta de aguardente
8	1\$000 » » » ancoretta de alcool
9	\$500 » » » de alcool desnaturado
10	1\$500 » » » cada couro salgado
11	\$100 por cada courinho
12	4% sobre pelle de vaqueta
13	4\$000 por volume de fumo
14	2\$000 » » » de queijo
15	2\$000 » » » de café
16	\$200 » » » cento de côcos
17	\$200 » » » volume de cal
18	5\$000 » » » de borracha
19	\$500 » » » de semente de algodão
20	1\$000 » » » de semente de mamona
21	1\$000 » » » barril de oleo
22	1\$000 » » » costal de madeira
23	\$600 » » » meio de sóla
24	\$200 » » » volume de farinha
25	\$200 » » » de milho
26	\$500 » » » de feijão
27	4\$000 » » » cabeça de gado vaccum, cavallar e muar de produção do Estado, nelle feito ou negociado, e 3\$000 quando transportado por estrada de ferro.
28	1\$000 » » » sobre cada cabeça de gado suino.
29	\$500 » » » cabeça de gado caprino ou lanigero.
30	1\$000 » » » por volume dos demais generos industriaes ou agricolas de produção do Estado, excepto o vinho de fructa que pagará \$500 e fructas que pagarão \$200 por volume.

Os volumes que contiverem peso superior a 75 kilos pagarão a differença na razão proporcional da respectiva taxa.

« 31 \$050 de imposto de sahida de mercadorias ou productos, por volume até 75 kilos, e o dobro para os de maior peso.

## § 3.º RENDA INTERNA

- N.º 1 Sello adhesivo e por verba cobrado de accordo com o respectivo regulamento, cobrando-se mais 1\$000 nas primeiras vias de despacho de mercadorias, inclusive as livres de direito, e 3% sobre o valor official das guias de isenção ou despachos de animaes de outro Estado que por este transitarem.
- 2 Imposto de transmissão de propriedade cobrado de accordo com o regulamento expedido por Decreto n. 13 de 21 Fevereiro de 1893 com as seguintes alterações:
- 5% nas permutas sobre o valor de um dos bens quando estes forem de igual valor, e 8% da differença, quando houver. Nas transferencias por venda ou permuta de predios sujeitos á decima, o imposto será arrecadado na razão de dez vezes o valor locativo annual em que estiver o predio collectado, caso seja o valor dado na escriptura inferior a esta base. Esta disposição só será applicada para os predios de valor locativo annual maior de 300\$000 na capital, 150\$000 nas cidades e 100\$000 nas villas e povoações. Nas arrematações judiciais o imposto será cobrado sobre o valor da arrematação.
- 3 10% sobre o valor de contractos de aforamento, emphyteuse e sub-emphyteuse, calculados sobre as prestações decennaes.
- 4 2% sobre contractos de hypothecas ou penhor agrícola. O contracto feito fora do Estado não isenta deste imposto os bens situados neste.
- 5 3% sobre contracto de arrendamento pago adaptadamente em cada anno sobre a base da prestação correspondente.
- 6 2% sobre o valor de objectos e bens moveis e semoventes arrematados em leilão publico, judicial ou extra-judicial.
- 7 5% sobre transferencia de qualquer contracto ou concessão feito por lei.
- 8 1% sobre transferencia de acção ou obrigação de companhia, ou sociedade anonyma, cuja directoria é obrigada a não averbar a transferencia sem que lhe seja apresentado o respectivo documento da repartição arrecadadora local comprovando haver sido pago este imposto, sob pena de multa de 100:000 a 500\$000.
- 9 1% sobre dividendo ou titulos de companhia ou sociedade anonyma, sendo responsavel pelo pagamento a respectiva empresa ou companhia que rehverá dos accionistas a parte relativa a cada um, ficando obrigada a respectiva directoria a apresentar á estação arrecadadora local aviso da importancia do dividendo até 30 dias depois de publicado o balanço, sob pena de multa de 50% do imposto.
- 10 1% sobre o valor medio do que realmente se possa reduzir a dinheiro nas massas fallidas, recolhida a importancia á Estação Fiscal competente por guia do Escrivão do feito, quando os autos forem preparados para homologação no caso de concordata, ou da classificação definitiva de creditos, no caso de contracto de união.
- 11 1% sobre o quinhão de herdeiros necessarios ascendentes e descendentes. Os demais herdeiros e legatarios pagarão o imposto de accordo com o Regulamento n. 43 de 28 de Maio de 1892, inclusive os conjugues que pagarão 5%, reahindo o imposto sobre os bens de herança e legado, qualquer que seja a situação e natureza delles.

- 12 Imposto de mercadorias nacionaes e estrangeiras, na conformidade da Lei Federal n. 1185 de 11 de Junho de 1904 e respectivo Decreto regulamentar n. 5402 de 23 de Dezembro do mesmo anno, e de accordo com a tabella B da lei orçamentaria vigente, excepto na parte relativa a assucar, de qualquer qualidade, que fica sujeito a imposto equivalente ao que paga o genero de produção do Estado, quando exportado.
- 13 Imposto de \$100 sobre cada conhecimento extrahido nas repartições arrecadoras do Estado para pagamento de imposto, qualquer que seja o valor deste.
- 14 20% sobre direitos de exportação quando o exportador não tiver casa de negocio collectada para pagamento do imposto de industria e profissão, como exportador ou productor, sobre a mercadoria que exportar, em qualquer dos municipios do Estado.
- 15 Imposto de industria e profissão cobrado de accordo com as tabellas em vigor.
- 16 Decima dos predios urbanos das cidades e villas cobrando-se na Capital mais 20% alem da taxa actual sobre o predio situado em rua calçada, que não tiver pratibanda.
- 17 Imposto de terrenos baldios e fronteiras no perimetro da decima urbana, salvo os que constituirem quintaes ou dependencias de casas formando jardim, ou não derem para as ruas publicas. O lançamento deste imposto será feito conjuntamente com o da decima urbana, na razão de \$200 por metro na capital e \$100 no interior.
- 18 Imposto sobre produção de animaes, de accordo com a Lei n. 232 de 8 de Novembro de 1905, sendo 1\$250 o de crias de gado vaccum e jumento, 2\$000 o de cavallar e 3\$000 o de muar.
- 19 4\$000 por cabeça de gado abatido para consumo publico, ficando os respectivos marchantes isentos do imposto de industria e profissão.
- 20 100\$000 sobre licenças concedidas pela Inspectoria de Hygiene a pessoas não diplomadas para abertura de pharmacia ou drogaria, nas cidades, e 50\$000 nas villas.
- 21 \$300 por tonelada de carga exportada por navio a vapor ou a vella e \$200 por barça. E' responsavel por este imposto o respectivo exportador e será cobrado na occasião do despacho.
- 22 15% sobre a indebita retenção das rendas do Estado.
- 23 Multas por infracções de leis e regulamentos.
- 24 Divida activa.
- 25 Venda e renda de proprios do Estado.
- 26 Renda da Imprensa Official.
- 27 Assignaturas do Correio Official.
- 28 Renda do Mercado Tâmbiá.
- 29 Emolumentos da Junta Commercial.
- 30 Beneficios de loterias.
- 31 3% sobre depositos judiciais, cobrados de accordo com a lei n. 11 de 24 de Dezembro de 1892.
- 32 25.000\$000 sobre agenciadores ou agente de pessoal para serviço fóra do Estado.
- 33 2\$000 por carga de aguardente produsida no Estado.

## § 4.º DEPOSITOS

- N.º 1 Renda Municipal.
- 2 Diversas, origens.

## EXTRAORDINARIA

- § 5. Renda de annos anteriores.
- § 6. Receita Eventual.
- § 7. Auxilio Federal.

## RENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL

- § 8. 20% adicionais sobre as rendas do Estado

com excepção unicamente do sello adhesivo. Esta renda terá a applicação determinada pela Lei n. 170 de 27 de Outubro de 1900.

## DISPOSIÇÕES GERAES

- Art. 3.º Fica o Presidente do Estado autorizado a:
- § 1. Abrir os creditos extraordinarios de que porventura venha a precisar, e a augmentar os consignados na presente Lei, podendo para esse fim applicar os saldos de umas a outras verbas, comprehendendo-se nesta autorisação o saldo verificado na renda de que trata o § 8.º do art. 2.º.
  - § 2. Expedir desde já os regulamentos e instrucções que julgar precisos á boa arrecadação e fiscalisação das rendas.
  - § 3. Firmar tratados com os governos dos Estados limitrophes para melhor garantia dos interesses fiscaes do Estado, podendo em taes casos alterar as taxas lançadas nesta Lei.
  - § 4. Suspender a cobrança de qualquer imposto, por conveniencia publica, alterar as taxas e modo de cobrança das mercadorias incorporadas ou substituir esse imposto pelo de repartição ou qualquer outro;
  - § 5. Rever as tabellas annexas á lei orçamentaria vigente, corrigindo-as se na pratica verificar-se inconveniencia aos interesses do Estado ou evidente injustiça contra os contribuintes de qualquer das classes nellas comprehendidas;
  - § 6. Entrar em accordo com os credores do Thesouro para liquidar as indemnisações que lhes forem devidas, em virtude de sentença judicial, e com os devedores e responsaveis perante a Fazenda do Estado para liquidação dos seus respectivos debitos, podendo, mediante parecer da Junta da referida repartição, eliminar do quadro da divida activa os devedores insolvaveis;
  - § 7. Auxiliar a construção do novo hospital da Santa Casa de Misericordia, conforme permittirem os recursos do Thesouro;
  - § 8. Appicar na construção de açudes e estradas no interior do Estado, até a quarta parte da renda do imposto adicional;
  - § 9. Promover a execução dos serviços de abastecimento d'agua e esgoto da Capital pelos meios que considerar mais convenientes aos interesses do Estado, podendo, para tal fim, dispor de quaesquer sobras orçamentarias e realizar qualquer operação de credito sobre a importancia necessaria á effectividade dos referidos melhoramentos;
  - § 10. Augmentar os vencimentos de todas ou de qualquer das classes de funcionarios publicos que lhe parecerem menos justamente remuneradas, se assim o permittirem os recursos do Thesouro, até a importancia de 20% sobre os seus respectivos vencimentos actuaes;
  - § 11. Contractar dois especialistas para instructores ambulantes um da cultura e beneficiamento do fumo e outro do algodão;
  - § 12. Auxiliar o parahybano que melhores provas de sua capacidade para aperfeiçoar os seus estudos no conservatorio de musica do Rio de Janeiro.
- Art. 4.º Na cobrança executiva promovida pelo Procurador Fiscal e dos Feitos da Fazenda, perceberá elle 5% da respectiva renda, permanecendo em 5\$000 a quota de cada petição estabelecida no regimento de custas.
- Art. 5.º E' mantido o imposto de \$100 sobre todos

os volumes exportados no Estado, na conformidade da Lei n. 233 de 19 de Novembro de 1904, com destino á Santa Casa de Misericordia, bem como o imposto de 4\$000 e respectivos addicionaes sobre gado abatido na comarca da Capital, e municipios do Espirito Santo, Santa Rita e Pedras de Fogo, permanecendo em \$060 a taxa sobre coqueiro fructifero, cujos productos bem como o do imposto a que se referem os ns. 21 dos §§ 1.º e 2.º do Art. 2.º, pertencerão tambem á Santa Casa.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O Secretario de Estado a faça publicar, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 18 de Outubro de 1911—23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada na Secretaria de Estado, aos 18 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

Francisco do Valle Mello,

Director Geral.

## Tabella—A

Para cobrança do imposto sobre algodão sahido por terra servindo de base o preço que obtiver no mercado.

Preço por 15 kilos		PROCEDENCIA	
		Serra abaixo	Serra acima
		Volumes até 90 kilos	Volumes até 75 kilos
Até	6\$000	2\$880	2\$400
De mais de 6\$000 até	6\$500	3\$120	2\$600
Idem « 6\$500 «	7\$000	3\$360	2\$800
Idem « 7\$000 «	7\$500	3\$600	3\$000
Idem « 7\$500 «	8\$000	3\$840	3\$200

E assim por diante, cobrando-se mais 240 réis por 500 réis ou fracção de 500 réis de augmento de preço por 15 kilos para o algodão que proceder de serra abaixo e 200 réis na mesma razão para o que proceder de serra acima.

O volume que contiver peso superior ao acima estabelecido pagará a differença na razão proporcional da respectiva taxa por kilo que exeder.

A cobrança será realizada nas Mezas de Rendas e Estações servidas por estradas de ferro, de accordo com a nota dos preços da pauta fornecida pela Recebedoria de Rendas semanalmente.

Nas demais Mezas de Rendas e Estações será effectuada a cobrança mensalmente de accordo com a nota remittida por aquella repartição do preço havido na primeira semana do mez anterior.

## Tabella—B

Para cobrança do imposto sobre mercadorias estrangeiras e nacionaes, na coformidade do u. 13, § 3 do art. 2 da presente lei.

## NA CAPITAL E MAMANGUAPE

N.º 1 2% Sobre o valor de fazendas, miudezas,

perfumarias, chapéos de qualquer qualidade, obras de ouro e prata, objectos de fantasias, calçados, louças, vidros, drogas, medicamentos, bebidas e generos de estiva, exceptuados destes os dos seguintes numeros.

N.º 2 1% Sobre o valor de carne de xarque, arroz, bacalhão, kerozene, farinha de trigo, sabão, assucar refinado, ferragens e materias primas para as fabricas do Estado.

N.º 3 1/2% Sobre breu, soda custica, sêbo ou graxa destinadas á fabrica de sabão desta Capital

N.º 4 5% Sobre o valor official, de accordo com a pauta da Recebedoria de Rendas, pelas obras de lithographia ou typographia e velas de cera, que se destinarem ao uso de casas ou empresas commerciaes ou industriaes, quer incorporadas directa quer indirectamente.

## Observações

Se, porem, se verificar que são de outros Estados ou por elles transitarem as mercadorias incorporadas no commercio do Estado pagarão as seguintes taxas:

- 3.º% as do n.º 1.
- 2.º% as do n.º 2.
- 1.º% as do n.º 3.

## NOS DEMAIS MUNICIPIOS

N.º 1 Por volume de fazendas sem distincção ou classificação até 75kilos 7\$000

N.º 2 Por volume de miudezas, perfumarias sem distincção ou classificação até 75 kilos. 7\$000

N.º 3 Por volume de drogas sem distincção ou classificação até 75 kilos, inclusive barril de oleo até 250 kilos. 6\$000

N.º 4 Por volume de estopa até 75 kilos 3\$500

N.º 5 Por volume de bebidas alcoolicas e fermentadas e generos de estivas e outros generos não discriminados até 75 kilos 3\$000

N.º 6 Idem de ferragens sem distincção ou classificação até 75 kilos 2\$500

N.º 7 Por volume de fumos manipulados ou não, charutos, cigarros, até 75 kilos 2\$000

N.º 8 Por ancoreta de aguardente 2\$000

N.º 9 Por volumes de xarque até 75 kilos 1\$500

N.º 10 Por barricas inteiras de bacalhão, pagando só metade da taxa quando meia barrica 1\$000

N.º 11 Por volume de feijão até 60 kilos \$800

N.º 12 Por volume de peixe, secco até 75 kilos \$600

N.º 13 Por volume de kerosene até 75 kilos \$500

N.º 14 Por carritel de arame farpado \$500

N.º 15 Por volume de milho ou farinha de mandioca até 60 kilos \$300

N.º 16 Por caixa de sabão até 22 kilos \$300

N.º 17 Por volume de sal até 75 kilos \$200

N.º 18 Por farinha de trigo (barrica) 1\$000

N.º 19 Por farinha de trigo (sacco) \$500

N.º 20 Por barrica de cimento 1\$000

N.º 21 Por meios ou terços de barrica de cimento \$500

Os generos similares, não mencionados na presente tabella, pagarão as mesmas taxas estabelecidas para os de produção do Estado.

O volume que contiver peso superior ao acima estabelecido pagará a differença na razão proporcional da respectiva taxa.

Os impostos da presente tabella, serão cobrados sobre cada volume feixado, sem outra conferencia que não seja para o conhecimento exacto da quantidade

de volumes, excepto em caso de duvida sobre a quantidade da mercadoria contida no volume, cuja verificação se fará sem prejuizo do bom acondicionamento do volume.

Prevalecerá a seguinte tabella para os generos em seguida mencionados quando entradas por estrada de ferro: (Dec. n. 435 de 30 de Março de 1910).

Farinha de trigo por barrica até 88 kilos	\$650
“ por sacco até 44 kilos	\$325
Cimento por barrica	\$400
Dito por um terço ou meia barrica	\$200

### Decreto n. 511, de 26 de Outubro de 1911.

Dispensa da multa aos contribuintes de impostos de mercadorias incorporadas, industria e profissão e da decima urbana que, até o dia 31 de Dezembro vindouro, satisfizerem os seus debitos do exercicio de 1910.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba, usando da attribuição que lhe confere o art. 36 § 1.º da Constituição do mesmo Estado,

#### DECRETA:

Art. 1.º Ficão dispensados da multa em que incorreram até 31 de Dezembro de 1910, os contribuintes dos impostos de mercadorias incorporadas, industria e profissão e da decima urbana, que até o dia 31 de Dezembro vindouro, satisfizerem a importancia dos seus debitos.

§ Unico. A dispensa da multa não suspende o proseguimento da cobrança executiva, pagando os contribuintes as custas vencidas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado faça publicar o presente Decreto, expedindo as ordens e communicações necessarias.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 26 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

### Decreto n. 512, de 30 de Outubro de 1911.

Cria mais um lugar de Despachante na Recebedoria de Rendas.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba, usando da attribuição que lhe confere o art. 3.º da Lei n.º 194 de 3 de Dezembro de 1902,

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica criado mais um lugar de Despachante na Recebedoria de Rendas do Estado, que se regerá pelo Decreto n. 226 de 10 de Fevereiro de 1903.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado faça publicar o presente Decreto, expedindo as ordens e communicações necessarias.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 30 de Outubro de 1911,—23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

### Decreto n. 513, de 31 de Outubro de 1911.

Concede isenção de impostos estadoaes, exclusive os de exportação, ao cidadão João Manta,

negociante estabelecido nesta capital, para fundar uma pequena fabrica de suspensorios e espartilhos, por espaço de cinco annos.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba, attendendo ao que requereu o cidadão João Manta, negociante estabelecido nesta capital, para fundar uma pequena fabrica de suspensorios e espartilhos e usando da attribuição que lhe confere o art. 1.º da Lei n.º 144 de 16 de Agosto de 1899,

#### DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida ao cidadão João Manta, negociante estabelecido nesta Capital, a isenção de impostos estadoaes, exclusive os de exportação pelo praso de cinco annos, para fundar uma pequena fabrica de suspensorios e espartilhos, nesta mesma capital, de accordo com a citada Lei n. 144, de 16 de Agosto de 1899.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. O Secretario de Estado faça publicar o presente Decreto, expedindo as ordens e communicações necessarias.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, 31 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

## Seção Livre

### ESTATUTOS

DO

Instituto Historico e Geographico Parahybano

#### CAPITULO 1.º

##### OBJECTO E FINS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 1.º Fica fundado o Instituto Historico e Geographico Parahybano, com a sua sede nesta capital, tendo por objecto reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos á historia, geographia, archeologia e ethnographia do Estado, e bem assim proceder a estudos e indagações sobre as mesmas materias.

Art. 2.º Subordinados a este objecto e para a sua consecução, são fins do Instituto:

1.º Manter correspondencia com todas as associações congeneres, no sentido de estabelecer a permuta regular de dados e informações sobre os seus estudos especiaes.

2.º Organisar um archivo, onde se recolha em boa guarda, depois de methodicamente collocados e catalogados, todos os papeis e objectos de valor historico, geographico, archeologico e ethnologico adquiridos ou produzidos pelo Instituto.

3.º Realisar conferencias sobre assumptos comprehendidos no objecto social.

4.º Publicar uma Revista em que serão reproduzidos os documentos colleccionados, retratos de homens illustres, de monumentos, paysagens e as memorias, conferencias e quaesquer

estudos feitos de accordo com estes Estatutos.

5.º Promover a commemoração solemne das grandes datas e acontecimentos patrios, especialmente os dias 13 de Maio, 5 de Agosto, 7 de Setembro e 15 de Novembro.

6.º Perpetuar por quaesquer meios a memoria dos homens e feitos da historia parahybana.

#### CAPITULO 2.º

##### DOS SOCIOS

Art. 3.º E' illimitado o numero de socios, distribuidos pelas seguintes cathogorias: fundadores, effectivos, benemeritos, correspondentes e honorarios.

§ 1.º São considerados socios fundadores os que assignão os presentes estatutos, tendo comparecido ou feito representar-se em qualquer das sessões preparatorias.

§ 2.º Serão considerados socios effectivos os fundadores e os que forem propostos e aceitos na forma do art. 4.º destes Estatutos.

§ 3.º Serão considerados socios benemeritos os que como taes forem propostos e aceitos, em virtude de serviços excepçionaes prestados ao Instituto segundo as disposições estatuidas no art. 5.º

§ 4.º Serão socios correspondentes aquelles que, residindo fóra da Capital, concorrerem com os seus serviços para os fins do Instituto, communicando noticias, memorias escriptas de valor historico e litterario.

§ 5.º Poderão ser aceitos socios honorarios todas as pessoas que se tornarem notaveis por

serviços prestados á historia e á geographia patrias.

Ar. 4.º Os socios effectivos e os correspondentes serão propostos em sessão por qualquer socio effectivo, e aceitos na sessão seguinte por maioria de votos dos socios presentes, precedendo juiso da commissão de syndicança.

Art. 5.º Os socios benemeritos e os honorarios serão propostos por um numero de socios effectivos nunca inferior a 10, e considerar-se-ão regeitados os propostos, se não reunirem os votos de tres quartas partes dos socios presentes.

Art. 6.º São deveres dos socios effectivos:

§ 1.º Cumprir e fazer cumprir os presentes Estatutos, não podendo furtar-se a qualquer encargo ou commissão para que for eleito ou designado, sinão por motivo justificado.

§ 2.º Pagar no acto da sua admissão a joia de dez mil reis (10\$000), e mensalmente a importancia de um mil reis (1\$000).

Art. 7.º Só os socios effectivos terão o direito de votar e resolver sobre qualquer assumpto submettido á deliberação do Instituto.

#### CAPITULO 3.º

##### DA DIRECÇÃO DO INSTITUTO

Art. 8.º Constituirão a direcção do Instituto:

1.º Um Presidente e dous vice-Presidente;

2.º 1.º e 2.º Secretarios e seus supplentes;

3.º Um Orador e um vice-Orador;

4.º Um Thesoureiro;

5.º Um Bibliothecario-Archivista.

Art. 9.º Essa direcção terá para auxiliarem-na as seguintes commissões:

1.ª Syndicança e contas;

2.ª Pesquisas e estudos historicos;

3.ª Pesquisas e estudos geographicos;

4.ª Redacção da Revista.

§ Unico — Cada uma destas commissões será composta de tres membros.

Art. 10.º Ao Presidente competem em sessões as funções proprias de seu cargo, e alem destas:

1.º Corresponder-se por parte do Instituto com quaesquer autoridades superiores e com os presidentes das associações congeneres;

2.º Nomear quaesquer commissões extraordinarias;

3.º Designar quem preencha interinamente qualquer cargo ou commissão na falta ou impedimento de todos os effectivos e supplentes;

4.º Autorisar quaesquer despesas e visar as contas respectivas;

5.º Decidir no intervallo das sessões os negocios urgentes e inadiaveis, ficando seu acto sujeito á approvação do Instituto;

6.º Organisar um relatorio circumstanciado da sua administração ao terminar o seu mandato.

Art. 11.º Ao 1.º vice-Presidente e depois delle ao 2.º compete substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Art. 12.º Ao 1.º Secretario compete,

1.º Fazer em pessoa a leitura do expediente;

2.º Substituir ao Presidente nas faltas e impedimentos de ambos os vice-Presidentes;

3.º Inscrever em livro especial os nomes, serviços e commissões dos socios effectivos;

4.º Incumbir-se de toda a correspondencia do Instituto que não é privativa do Presidente;

5.º Fazer nas sessões de anniversario a resenha dos trabalhos scientificos do Instituto durante o anno social findo.

Art. 13.º O 1.º Secretario será substituido pelo supplente respectivo, mesmo estando presente o 2.º Secretario.

Art. 14.º Ao 2.º Secretario compete:

1.º Substituir o Presidente na ausencia dos vice-Presidente e do 1.º Secretario.

2.º Lavar as actas das sessões, lê-las e assignal-as com o Presidente e o 1.º Secretario, depois de approvadas.

3.º Expedir os avisos de convocação das sessões.

Art. 15.º Compete ao Orador, e na sua ausencia ao vice Orador:

1.º Representar o Instituto em todos os actos para que este for convidado;

2.º Fallar nas sessões solemnes realisadas pelo Instituto;

3.º Referir-se aos socios que tenham fallecido durante o anno social findo, no discurso da sessão solemne de anniversario.

Art. 16.º Compete ao Thesoureiro:

1.º Arrecadar e ter sob sua guarda tudo que constitue o patrimonio do Instituto, consistindo em dinheiro, mobilia, e mais objectos, com excepção dos que pertencem á bibliotheca e ao archivo;

2.º Assignar os recibos de cobrança e fazer as despesas que forem auctorisadas pelo Presidente;

3.º Receber e transmittir por inventario todos os objectos confiados á sua guarda;

4.º Apresentar trimestralmente balancetes demonstrativos da receita e despesa do Instituto.

Art. 17.º Ao Bibliothecario archivista compete:

1.º Ter sob sua guarda todos os livros do Instituto e trabalhos a que se refere o n.º 2 do art. 2.º;

2.º Organisar os catalogos necessarios á boa ordem da bibliotheca e do archivo;

3.º Receber e entregar por inventario todos os objectos a que se referem os numeros antecedentes.

Art. 18.º A' commissão de syndicança e contas compete:

1.º Dar parecer sobre as condições de admissão dos socios, com excepção dos benemeritos e honorarios;

2.º Examinar com attenção e cuidado os balancetes trimestraes apresentados pelo thesoureiro e dar parecer sobre as contas respectivas.

Art. 19.º A's commissões de pesquisas e estudos historicos e geographicos compete, reservados a cada uma os assumptos de sua especialidade:

1.º Procurar nos archivos e trazer para o Instituto, em original ou copia, quaesquer documentos de interesse da historia e geographia;

2.º Estudar e esclarecer os pontos obscuros da nossas historia e geographia, restabelecendo quanto possivel a verdade scientifica;

3.º Emitter seu parecer sobre os objectos dignos de figurarem nos archivos do Instituto;

4.º Emitter parecer sobre as obras novamente publicadas nas materias dos seus estudos que forem submettidas á apreciação do Instituto;

5.º Occupar-se em geral com qualquer assumpto scientifico, segundo o programma do Instituto.

Art. 20.º A' commissão de redacção da «Revista» compete a direcção especial do órgão de publicidade do Instituto a que se refere o n.º 4 do art. 2.º dos presentes Estatutos.

#### CAPITULO 4.º

##### DA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRECTORIA

Art. 21.º A eleição para a directoria e commissões permanentes do Instituto terá lugar no penultimo domingo do mez de Agosto de cada anno, em sessão especial, que será convocada com oito dias de antecedencia, e funcionará com a presença da quinta parte dos socios effectivos, pelo menos.

§ Unico. Não sendo possivel realizar-se a sessão especial no dia da convocação, realizar-se-ha no domingo seguinte com o numero de socios que comparecer.

Art. 22.º Para presidir o trabalho da eleição, constituir-se-ha

em mesa a commissão de syndicança.

Art. 22.º Cada socio deitará em uma urna uma folha de papel na qual estejam escriptos os nomes dos socios votados para os cargos e commissões, com indicação de uns e outros.

Art. 24.º A Directoria e commissões assim eleitas serão impossadas no dia 7 de Setembro seguinte á eleição e exercerão as suas funções até 7 de Setembro do anno seguinte.

#### CAPITULO 5.º

##### DOS TRABALHOS DO INSTITUTO

Art. 25.º O Instituto terá as seguintes sessões:

1.º Sessão magna de anniversario no dia 7 de Setembro de cada anno;

2.º Sessões ordinarias no 1.º e 3.º domingos de cada mez ao meio dia;

3.º Sessões extraordinarias em dias designados pela Directoria, quando houver assumpto de importancia e urgencia a tratar;

4.º Sessões solemnes, commemorativas das datas a que se referem os Estatutos, ou para celebrar qualquer acontecimento digno de nota, a juiso dos socios.

Art. 26.º As sessões serão realisadas com qualquer numero de socios, mas só se tomará qualquer deliberação, estando presente pelo menos a quinta parte dos socios effectivos.

§ Unico—Não estando reunido este numero, a resolução ficará adiada para a outra sessão, e ainda para a terceira, se não se reunir o numero referido, porem na terceira o assumpto será resolvido qualquer que seja o numero de socios presentes.

Art. 27.º Os assumptos de interesse vital do Instituto passarão por duas discussões em sessões diferentes, antes de serem definitivamente resolvidos.

#### CAPITULO 6.º

##### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 28.º A casa onde estiver funcionando o Instituto abrir-se-ha todos os domingos e dias feriados, mesmo não havendo sessão.

Art. 29.º Enquanto estiver aberta a casa a que se refere o art. antecedente, o Thesoureiro e o Bibliothecario, por si ou por pessoa de sua immediata confiança, exercerão vigilancia sobre os objectos confiados a sua guarda, pelos quaes responderão perante o Instituto.

Art. 30.º Em nenhum caso e sob nenhum pretexto permittir-se-ha a sahida de livros, mappas e objectos pertencentes ao Insti-

tuto, a não ser no serviço deste.  
Art. 31. Os membros da Diretoria, com excepção do Presidente em exercício, poderão exercer cumulativamente as funções de membro de qualquer comissão, menos da de syndicança e contas.

Approvados e publicados em sessão de 8 de Outubro de 1905.  
Francisco Seraphico da Nobrega—Presidente.

Manoel Tavares Cavalcanti—1.º Secretario.  
Manoel pro gloria et magnitudine).

João Rodrigues Coriolano de Medeiros—2.º Secretario.

Dr. Alvaro Machado.  
Dr. Flavio Maroja — 1.º Vice-presidente.

Conego Dr. Santino Coutinho.  
Dr. João Pereira de Castro Pinto.

Dr. João Machado da Silva.  
Francisco Coutinho de Lima e Moura.

Irineu Ferreira Pinto.  
Maximiano Lopes Machado.  
Francisco Joaquim Pereira Barrozo.

Dr. Francisco Xavier Junior.  
José Francisco de Moura.  
Conego Manoel Paiva.

Francisco Pedro Carneiro da Cunha.

João de Lyra Tavares.  
Dr. Pedro da Cunha Pedrosa.  
Carlos Coelho de Alverga.

Theodoro José de Souza.  
Francisco de Gouveia Nobrega.  
Dr. João Americo de Carvalho.

Dr. João Tavares de Mello Cavalcanti.

Dr. José Manoel Pereira Pacheco.

Dr. Heraclito Cavalcante Carneiro Monteiro.

Alvaro Evaristo Monteiro.

Dr. Eutiquio d'Albuquerque Autran.

Dr. Apollonio Zenaides P. de Albuquerque.

Francisco José Rabello.

Conego Francisco de Assis e Albuquerque.

Conego José Thomaz Gomes da Silva.

Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello.

D. Ulrico Sontag, Prior de S. Bento.

Dr. José Peregrino de Araujo.

Dr. Venancio Nelva.

Conego Odilon Coutinho.

Dr. Matheus Augusto de Oliveira.

Dr. José Julio Lins da Nobrega.

Dr. João Baptista de Sá Andrade.

Dr. Gonçalo de Aguiar Botto de Menezes.

Dr. Francisco Carlos Cavalcanti de Albuquerque.

Dr. Felix Joaquim Daltro Cavalcanti.

Dr. Antonio Ferreira Baltar.  
Francisco Ignacio Carneiro.  
Eutiquiano Barrêto.  
Manoel da Gama Cabral.  
João Leopoldino da Silva Flores.  
Dr. Antonio Hortencio C. de Vasconcellos.

ARTIGOS ADDITIVOS AOS ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO PARAHYBANO

Art. 1.º São causas de eliminação dos socios:

1.º Deixar de comparecer a mais de cinco sessões ordinarias seguidas do Instituto, sem causa participada;

2.º Deixar de aceitar sem escusa legítima julgada procedente pelo Instituto qualquer cargo ou comissão para que for eleito ou designado, ou abandonar o mesmo cargo ou comissão sem razão relevante;

3.º Ausentar-se da capital com animo de demorar-se por mais de 90 dias sem participar ao Instituto.

§ Unico. A disposição do n.º 1.º não se applica aos socios fundadores que só perderão esta qualidade com a ausencia sem participação pelo menos de dez sessões ordinarias.

Art. 2.º Em hypothese nenhuma a ausencia de pagamento dará lugar á eliminação, ficando abolida nos Estatutos qualquer taxa obrigatoria, quer como contribuição mensal, quer a titulo de joia.

Art. 3.º A eliminação de qualquer socio incurso no art. 1.º pode ser proposta por qualquer socio effectivo do Instituto. Será decretada, mediante parecer da comissão de syndicança, ouvido o eliminando.

Art. 4.º São isentos da obrigação constante do art. 1.º os socios fundadores e effectivos acceitos até esta data, que não residem na capital.

Art. 5.º São havidos por licenciados os socios que até esta data, se ausentarem desta capital com animo de demorar-se por mais de 90 dias sem participar ao Instituto.

Art. 6.º Não será admittido socio effectivo do Instituto nenhum cidadão que não tenha residencia definitiva nesta capital.

Art. 7.º A comissão de redacção da Revista será composta de cinco membros.

Approvados em segunda discussão. Sejam publicados e observados com os Estatutos.

Sala das sessões do Instituto 7 de Outubro de 1906.

FRANCISCO SERAPHICO DA NOBREGA.

Presidente

MANOEL TAVARES CAVALCANTI.

1.º Secretario

THEODORO JOSÉ DE SOUZA.

2.º Secretario Supplente.

Segundos artigos additivos aos Estatutos do Instituto Historico e Geographico Parahybano.

Art. 1.º As propostas a que se refere o art. 4.º dos Estatutos, serão illustradas com a apresentação, ou, pelo menos, a enumeração de trabalhos que comprovem a capacidade intellectual do candidato indicado.

Art. 2.º Fica restabelecido o § 2.º do art. 6, do cap. 2.º, supprimido ou revogado pelo art. 2.º dos additivos de 7 de Outubro de 1906.

Art. 3.º Para verificação de presenças haverá rubricado pelo Presidente, um livro no qual o associado lançará seu nome nos dias de sessão.

Approvados em terceira discussão.

Sejam publicados e observados com os Estatutos.

Sala das sessões do Instituto, em 30 de Outubro de 1910.

FLAVIO MAROJA—Presidente.

IRINEU PINTO—1.º Secretario.

J. R. CORIOLANO DE MEDEIROS—2.º Secretario.

## EDITAES

### Prefeitura da Capital

Edital n. 15

De ordem do sr. Sub-Prefeito deste Municipio, faço publico, para conhecimento dos interessados, que durante o mez corrente, deverá ser pago, sem multa, a 2.ª e ultima prestação das casas commerciaes a retalho, de 2.ª classe; e bem assim a 2.ª e ultima prestação das casas industriaes de 50\$ a 100\$.

Secretaria da Prefeitura da Parahyba, em 6 de Novembro de 1911.

Servindo de Secretario,

Anisio Borges M. de Mello.

### Edital de intimação

Pedro Ulysses de Carvalho, Escrivão do Crime do termo desta Capital, em virtude da lei etc.

Faço saber que pelo illustrissimo Senhor Dr. José Ferreira de Novaes, Juiz de Direito da 3.ª Vara desta Capital, em exercício pleno da 1.ª, foram pronunciados como incursos na sanção penal do art. 303 do Cod. os indicados Luiz Paulo de Brito e João Cam-

pina da Silva, e, porque deixassem á revelia correr a formação da culpa de seus processos, na forma da Lei Estadual, os intimo do dito despacho, de que, decorridos quinze dias, não caberá recurso algum. Parahyba, 3 de Novembro de 1911.

O Escrivão

Pedro Ulysses de Carvalho.

(1—8)

Divisão do Municipio em Secções eleitoraes.

O Dr. José Ferreira de Novaes, Juiz de Direito da 3.ª Vara desta Capital, em exercício da 2.ª, Presidente da Comissão de alistamento eleitoral do Municipio da Capital do Estado da Parahyba do Norte, etc.

Faz saber que a mesma Comissão se reunirá no Paço do Consêlho Municipal, ás 12 horas do dia 16 do corrente, para, nos termos do artigo 8.º da Lei n. 2419 de 11 de Julho de 1911, e do artigo unico do Decreto n. 8922, de 23 de Agosto de 1911, proceder a nova divisão do Municipio em secções eleitoraes e a designação dos locais em que terão de funcionar as mesas para as eleições Federaes a se realizar na futura legislatura de 1912 a 1914, e convida para no dia aprazado comparecerem no lugar e a hora indicados, os membros da Aesma Comissão, os cidadãos: Dr. Manoel Deodato Henrique de Almeida, João Casado de Almeida Nobre, Epaminondas de Souza Gouveia, Antonio Varandas de Carvalho, major José de Barros Moreira, coronel Manoel Martins Viegas e comm.dor Antonio dos Santos Coêlho. Dado e passado nesta cidade da Parahyba do Norte, em 4 de Novembro de 1911. Eu, Pedro Ulysses de Carvalho, Escrivão do Judicial, servindo perante a dita Comissão de alistamento, o escrevi. José Ferreira de Novaes. Está conforme com o original. Escrevi, subscrevo e assigno.

O Escrivão

Pedro Ulysses de Carvalho,

(1—10)

## Oleo de Linhaça

Acabam de receber em grande quantidade e vendem a preço sem competencia

Vergara Irmão & C.